

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**ALISSON FERREIRA BATISTA**

**TREJETOS E PERCURSOS: DAS (IM)POSSIBILIDADES DE  
ENFRENTAMENTO DO RACISMO DENTRO DA ACADEMIA**

Porto Alegre  
2016

ALISSON FERREIRA BATISTA

**TREJETOS E PERCURSOS: DAS (IM)POSSIBILIDADES DE  
ENFRENTAMENTO DO RACISMO DENTRO DA ACADEMIA**

Trabalho apresentado como requisito  
parcial para a conclusão do Curso de  
Graduação em Psicologia pela  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul.

Orientadora: Raquel da Silva Silveira

Porto Alegre  
2016

ALISSON FERREIRA BATISTA

**TREJETOS E PERCURSOS: DAS (IM)POSSIBILIDADES DE  
ENFRENTAMENTO DO RACISMO DENTRO DA ACADEMIA**

Trabalho final, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Porto Alegre, 20 de Novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Raquel da Silva Silveira (UFRGS) - Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup> Fernanda Oliveira – Debatedora

## **Resumo**

Definir uma base epistemológica sobre a compreensão do racismo; elucidar algumas dinâmicas das instituições de ensino superior acerca das relações raciais e mostrar possibilidades de enfrentamento dos processos colonialistas são os principais norteadores desse trabalho. Compreendendo o racismo como um fenômeno histórico e estruturante em nossa sociedade, o presente trabalho analisa algumas das intercorrências do racismo dentro das universidades, principalmente no que tange a psicologia. Através de uma pesquisa bibliográfica e contando com o suporte teórico-metodológico da psicologia, é trazido algumas discussões sobre como opera o colonialismo nas formas de ensino e alguns dos efeitos disso no sujeito negro. Como um caminho possível para o enfrentamento do racismo dentro da universidade é narrado algumas experiências pessoais, indicando um processo de descolonização do pensamento como forma de sobrevivência intelectual/epistêmica.

**Palavras-chaves:** Racismo, raça, psicologia, colonialismo, descolonização, Fanon, ensino, universidade, branqueamento.

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>3 AFINAL, O QUE É RACISMO? .....</b>	<b>9</b>
<b>4 INSTITUIÇÃO, UNIVERSIDADE E COTAS.....</b>	<b>16</b>
<b>5 DAS (IM)POSSIBILIDADES .....</b>	<b>24</b>
<b>6 EM DIREÇÃO À DESCOLONIZAÇÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>

## 1. Apresentação

Este Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia aborda a discussão racial centrada no impacto do racismo na vida do estudante negro, cotista e periférico que entra no mundo acadêmico, ao qual me refiro algumas vezes neste trabalho como sendo um “mundo branco”. A partir disto, várias questões decorrentes de sua complexidade como o desejo da brancura, o efeito da linguagem acadêmica e a sensação de não pertencimento a este ambiente, entre outras discussões, que nem mesmo eu conseguirei dimensionar, nortearão esta produção escrita.

Falar e escrever sobre racismo tem tido um efeito terapêutico para mim, uma vez que vejo nesta prática a possibilidade de elaborar diversos processos pelos quais vivenciei e ainda vivencio, como o sentimento de não pertencimento ao espaço acadêmico, a dúvida de prosseguir dentro dele ou não e as estratégias possíveis de enfrentamento dos desdobramentos do racismo. Além disso, percebo que isso ajuda outras pessoas que também passam pelas mesmas circunstâncias e estão por elaborar situações similares. Antes de continuar, quero me apresentar e faço isso não por mera formalidade, mas porque acredito que muito do que pensamos, falamos e fazemos têm a ver com a nossa trajetória e percurso.

Meu nome é Alisson Ferreira Batista, filho do seu Eloy, um policial militar reformado, mas que ainda hoje continua trabalhando no ramo da segurança particular. Também sou filho da dona Jô, como gosta de ser chamada. Uma mulher que cumpre uma dupla jornada de trabalho: durante o dia é funcionária na secretaria de uma escola particular e, durante a noite, cuida das questões domésticas, embora conte com a minha modesta ajuda, assim como a do meu pai. Também tenho um irmão de 18 anos que está cursando o último ano do ensino médio e, ultimamente, nossas conversas giram em torno de suas dúvidas sobre o ensino superior. Confesso que nunca imaginei ter esse tipo de conversa com meu irmão, na verdade, nunca pensei em chegar ao ensino superior. Sou o primeiro universitário da minha família e costumo dizer que a preocupação da minha mãe nunca foi pensar qual instituição de ensino eu iria frequentar ou qual curso iria fazer, mas sim, que ao sair de casa eu estivesse munido da minha carteira de identidade, caso fosse abordado pela polícia e que nunca voltasse muito tarde para evitar assaltos.

*“Roda mundo, roda-gigante  
Rodamoinho, roda pião  
O tempo rodou num instante  
Nas voltas do meu coração”  
(Chico Buarque)*

Em alguns aspectos, posso afirmar que hoje a roda da vida está girando em outro sentido para mim pelo simples fato do meu irmão prospectar o ensino superior, além do fato da conclusão do meu curso estar tão próxima. Dentre os muitos fatores que estão possibilitando esta mudança de sentido, creio que um se destaca: o Projeto Educacional Alternativa Cidadã (PEAC), curso pré-vestibular popular que além de me preparar para a prova de seleção da UFRGS, teve uma influência crucial no modo como enxergo o mundo, porque foi neste espaço que percebi o quanto é necessário lutar por transformações e foi com esse objetivo, o de lutar por transformações, que ingressei na universidade.

### **O Arquipélago**

Ao ingressar na universidade, confesso que me senti em um novo mundo, mas isso não é necessariamente algo positivo. Precisei me adaptar a uma nova rotina de leituras e produção textual, além do próprio ambiente, que era uma realidade completamente diferente daquela com que eu estava habituado: eu me sentia numa ilha. Porém, com o passar do tempo, fui percebendo que essa sensação não era exclusividade minha. Vários outros estudantes cotistas e negros, de diferentes cursos, também compartilhavam da mesma impressão. A partir daí, resolvemos criar um arquipélago chamado Coletivo Negração: uma tentativa de aglutinar esses estudantes negros e negras que ingressavam, ano após ano, na universidade, mas se sentiam não pertencentes ao espaço acadêmico. O coletivo se tornou para nós um espaço de formação intelectual e política de onde muitas das minhas ações acadêmicas tiveram o atravessamento desse encontro. É dentro do Coletivo Negração que aprofundo meus estudos no que tange questões raciais e, conseqüentemente, dentro do possível, faço da minha prática uma luta de enfrentamento ao racismo.

Considerando que essa sensação de não pertencimento ao mundo acadêmico é algo comum para estudantes negros e cotistas, buscarei trazer nesse trabalho um pouco do processo pelo qual passei que vai desde a busca por tentar fazer parte dessa nova

realidade até os processos elaborados e as estratégias de enfrentamento das múltiplas facetas do racismo.

## **2.Introdução**

Sendo mais específico, apresento neste trabalho como questão central a experiência de uma pessoa negra num mundo branco. No caso, a “pessoa negra” diz respeito a mim e quando escrevo “mundo branco” quero me referir à universidade. Poderia me referir a qualquer pessoa negra e a qualquer instituição no Brasil, porém, opto por partir da minha trajetória pessoal dentro da academia como base para as provocações deste trabalho, observando que meu processo individual pode ser redimensionado na esfera coletiva, uma vez que o racismo, embora atinja o sujeito, é um modo de organização social. Obviamente, não estou afirmando que todas as pessoas negras que ingressarão na universidade terão as mesmas experiências, ainda assim, quero trazer uma forma possível de encarar essa realidade.

Esse trabalho além de científico é um trabalho político, pois ao escrevê-lo, penso não somente em mim, mas naqueles que estão por vir. Espero que possa ajudar estudantes negros que venham a cursar o ensino superior a se compreender dentro desse processo. Julgo necessário, antes de entrar especificamente nas experiências vivenciadas na academia, mostrar um pouco daquilo que nomeio como mundo branco.

Segundo o relatório do Desenvolvimento Humano de 2012, divulgado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), apenas 11% da população negra no Brasil entre 18 e 24 anos frequenta o ensino superior. Se comparado ao ano de 1992, onde apenas 2,2% de negros, nessa mesma faixa etária, estavam presentes no ensino superior. Assim, pode-se dizer que houve uma melhora considerável. Esses dados são importantes e mostram uma investida governamental na política de acesso ao ensino superior, principalmente com a lei de cotas raciais para o ensino superior. Entretanto, analisando alguns dados do IBGE (2015), vemos que a população brasileira autodeclarada preta e parda é de 53%. Isso implica dizer que o Brasil tem o maior contingente populacional negro fora do continente Africano e, embora numericamente a população negra seja maioria no Brasil, isso não se aplica quando falamos em poder. Segundo o levantamento feito no site Revista Congresso em Foco (2014), 76% dos candidatos eleitos se declararam brancos.



Quando consideramos o quadro docente universitário, também é possível perceber uma hegemonia monocromática (branca). Num artigo publicado em 2006, na revista de ciência da USP, o professor José Jorge de Carvalho, da UnB, aponta que se juntássemos todo quadro docente das principais universidades dedicadas à pesquisa, como USP, UFRJ, Unicamp, UnB, UFRGS, UFSCar e UFMG, teríamos um corpo de aproximadamente 18.400 acadêmicos. Quando considerado a distribuição de raça/cor, 99,6% dos docentes declaram-se brancos e apenas 0,4% declaram-se negros.

Quando abordamos a questão econômica, a situação também mostra um panorama em que a população negra está em desvantagem em relação à população branca. Os dados do IBGE mostram que na população formadora do grupo 10% mais pobre, com média per capita familiar de R\$ 130, os negros são maioria, sendo 76%.

Em maio de 2015 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado para investigar o assassinato de jovens. Entre muitas constatações, verificou-se que a taxa de homicídios de jovens negros é quase quatro vezes maior do que a taxa entre jovens brancos. Reforçando o que muitos movimentos sociais negros vêm afirmando: existe um processo de genocídio da população negra no Brasil.

Esses são apenas alguns dados que evidenciam o fosso racial presente na nossa sociedade. É possível nomear esse cenário como uma supremacia racial branca, havendo uma hegemonia desta população nos principais meios de poder (segurança, saúde, educação, economia, etc). Contudo, mesmo com uma disparidade tão grande entre negros e brancos, como é possível que a população negra brasileira conviva de forma tão parcimoniosa nesse cenário inóspito? Voltaremos a essa questão mais adiante, pois antes é necessário apontar alguns caminhos percorridos até chegarmos a uma compreensão sobre o racismo.

### **3. Afinal, o que é racismo?**

É fundamental, ao falarmos de racismo, pontuarmos o que compreendemos por racismo, sendo assim, para o entendimento dos argumentos que estão por vir, é imprescindível que esteja explícito como se dá o entendimento do que vem a ser “racismo” sob o prisma deste trabalho.

Kabengele Munanga (2004), professor da USP, nos dá subsídios consistentes para ajudar a compreender o racismo. De acordo com o autor, no século XVII, o

discurso hegemônico dava conta de que a cor da pele era um critério central para compreensão do que viria a ser raça. A partir dessa lógica, até hoje está presente no imaginário coletivo e na terminologia científica três grandes grupos: brancos, negros e amarelos. Munanga segue afirmando que no século XIX se soma ao critério de cor, outros elementos, como o fator biológico. Formato do crânio e ângulo facial são alguns exemplos. Porém, em 1912, o antropólogo Franz Boas mostra que tais características dependem mais de fatores do meio ambiente do que propriamente de fatores raciais. Já no século XX, devido aos avanços na área da Genética Humana, foi possível descobrir determinantes químicos no sangue, nomeados pelos geneticistas de marcadores genéticos. A partir dos critérios apresentados, de acordo com Munanga, foi originado dezenas de classificações raciais. Todavia, compreender a humanidade através de critérios raciais por um prisma da ciência biológica é inócuo.

Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem(MUNANGA, 2004, p.4)

Portanto, o próprio discurso hegemônico dentro das produções científicas descarta a noção de raça quando falamos de seres humanos. Cabe ressaltar que não está se afirmando a não existência de diferença genética entre grupos humanos, mas que as diferenças genéticas existentes não são suficientes para classificar humanos em raças.

Um ponto chave nesse processo diz respeito não à relação entre o racismo e a ciência, mas sim ao discurso edificado a partir dessa relação. Munanga atribui aos naturalistas, mesmo que eles não tenham subsídios factualmente científicos, uma classificação hierarquizada das ditas raças humanas, a raciologia: nas quais estariam associados aos traços biológicos, valores morais e qualidades psicológicas, intelectuais e culturais. Ficam a cargo da raça branca os atributos superiores, por conseguinte, para as raças negras e amarelas foram atribuídos valores inferiores. Desta forma, explicita-se que tais atribuições não se deram por razões verossímeis, mas sim por razões ideológicas/políticas. Sobre tal fato, Munanga afirma:

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de

dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2004, pg. 06)

Esse resgate feito por Munanga é fundamental, pois nos permite compreender como alguns dos principais discursos em torno do racismo se fundamentaram e ainda repercutem na atualidade. Entretanto, isso não significa afirmar que o racismo está apenas na ordem do discurso e sim, antes de mais nada é um fenômeno histórico que incide diretamente na organização social. Por isso, usaremos a perspectiva apontada pelo autor cubano Carlos Moore (2012), na qual a concepção de racismo aparece como um fenômeno que estrutura a sociedade e não apenas como um mero sentimento que um indivíduo sente por outro. Para o autor, o racismo tem dinâmicas próprias, em que um grupo detém os principais recursos (concretos e simbólicos) perante outro grupo.

Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e pelas forças incumbidas da manutenção de paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função do seu fenótipo.

A função básica do racismo é blindar os privilégios do segmento hegemônico da sociedade, cuja dominância se expressa por meio de um continuum de características fenotípicas, ao tempo que fragiliza, fraciona e torna impotente o segmento subalternizado. A estigmatização da diferença com o fim de “tirar proveito” (privilégios, vantagens, direitos) da situação assim criada é o próprio fundamento do racismo. Esse nunca poderia separar-se do conjunto dos processos sistêmicos que ele regula e sobre os quais preside tanto em nível nacional quanto internacional (MOORE, pg. 284).

Por óbvio, não pretendo esgotar essa discussão. Todavia, entendo o racismo como fenômeno que age nas mais diversas esferas da sociedade. Com base nestes apontamentos, é possível observar um quadro quase monocromático (branco) das principais posições de poder, revelados nos mais diversos contextos como no judiciário, cargos políticos, corpo médico e professores universitários, apenas para citar alguns

exemplos. Desta forma, pretendo reposicionar o local onde o racismo é geralmente colocado no senso comum: desloco-o da posição onde é um fenômeno que se limita a uma “forma de preconceito” para levá-lo ao lugar onde os preconceitos são uma consequência do racismo.

### **Algumas dinâmicas do racismo**

Muitos são os processos que incidem na forma como as pessoas negras vivem nesse mundo branco. Quando falamos especificamente do Brasil, um dos fatos mais influentes nessa dinâmica é a política de Estado de branqueamento na população brasileira. Na obra “Onda negra, medo branco” (1987), Celia Marinho de Azevedo aponta importantes constatações sobre os processos imigratórios no Brasil. Com o fim do período escravocrata, temos um cenário populacional majoritariamente não branco. A elite branca brasileira, com temor desse quadro, promove um voraz processo imigratório. Quase 3,99 milhões de imigrantes europeus chegam a terras tupiniquins num período de três décadas, número similar ao de negros escravizados que haviam sido trazidos em quase três séculos.

Outra dimensão importante diz respeito ao processo de miscigenação. Quando falamos da constituição racial brasileira, sempre esbarramos na mestiçagem, sendo esse um nó intelectual. Partindo de uma perspectiva foucaultiana, o artigo “A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional”, de Emanuel Mariano Tadeu (2002), apresenta a mestiçagem como um dispositivo de poder e não como um fenômeno natural. Tal análise tem o intuito de contribuir na superação da visão ingênua sobre a constituição racial brasileira e desmistificar alguns dos efeitos que forjam a identidade do negro no Brasil. O “mito da democracia racial” surge como um dos principais balizadores que incidem na constituição de uma identidade nacional, tendo em Gilberto Freyre um dos mais significativos difusores desse ideário. Tadeu traz significativas reflexões:

A posição assumida por Gilberto Freyre acerca do papel que a miscigenação étnica representou para a colonização portuguesa no Brasil contribuiu para encobrir sua real significação. Gilberto Freyre foi responsável pela divulgação da idéia de "democracia racial". Para ele, os portugueses estariam predispostos por sua própria formação híbrida, fruto da influência histórica que sofreram dos povos muçulmanos (mouras), à miscigenação. Essa influência teria produzido, no seu entender, um afrouxamento dos preconceitos raciais. Podemos dizer que Gilberto Freyre contribuiu para a naturalização da mestiçagem, ao atribuir sua origem a um fator constitucional que poderia, segundo ele, ser facilmente demonstrado em

relação ao colonizador português. Em outras palavras, em vez de discutir e problematizar um pouco mais o conceito de mestiçagem, toma-a como um dado consumado e inquestionável, decorrente de uma pré-disposição dos colonizadores portugueses (TADEU, 2002, p.3)

Considerando outros locais em que houve colonização portuguesa, como em alguns países da África e na Índia, o processo de miscigenação não ocorreu. Afinal, se realmente fosse uma característica intrínseca aos portugueses, como afirmava Freyre, qual a razão para a colonização dessas regiões ter ocorrido de modo tão distinto quanto à colonização no Brasil?(TADEU, 2002). É a partir desse momento que podemos perceber a mestiçagem como um dispositivo de poder e não mais como algo natural. Foucault descreve o conceito de “dispositivo” da seguinte maneira:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.

Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

De forma sucinta, ao articular o dispositivo de poder como dispositivo de mestiçagem, dentro da perspectiva foucaultiana, é possível perceber diversos elementos: discursos, leis, mídia, instituições. De forma específica, é possível compreender o dispositivo de mestiçagem como uma gama de saberes e estratégias que agem na nossa “Identidade nacional” no intuito de tornar dóceis as etnias/raças que fundam nosso país (no caso os indígenas e os negros africanos). O dispositivo de mestiçagem também age de forma constitutiva numa racionalidade acerca do que se pensa e fala de Brasil no que tange às questões raciais.

O Brasil, sociedade colonizada como é, ancorou durante muito tempo as dimensões de modelos sociais em outras sociedades. No que tange às perspectivas de relações raciais, os Estados Unidos sempre foi um balizador. Antônio Guimarães (1999) afirma: “O campo de pesquisa científica conhecido como "relações raciais" é de inspiração norte-americana”. Contudo, se basear em um modelo de sociedade tão distinto da realidade brasileira acabou gerando algumas incongruências.

Tal modelo, elevado a arquétipo, acabou por esconder antes que revelar, negar mais que afirmar, a existência das "raças" no Brasil. De fato, o modelo norte-americano exibiu um padrão de relações violento, conflitivo, segregacionista, vulgarmente conhecido como "Jim Crow", sancionado por

regras precisas de filiação grupal, baseadas em arraoados biológicos que definiam as "raças". O modelo brasileiro, ao contrário, mostrava uma refinada etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda de status e de possibilidades econômicas convivendo com equidade jurídica e indiferenciação formal; um sistema muito complexo e ambíguo de diferenciação racial, baseado principalmente em diferenças fenotípicas e cristalizado num vocabulário cromático (GUIMARÃES, 1999, p. 27).

Guimarães aponta três principais razões para essas incongruências:

Primeiro, o programa político do anti-racismo ocidental enfatizava, à época, o estatuto legal e formal da cidadania, ao invés de seu exercício factual e prático. Programa que refletia a força dos interesses liberais nos Estados Unidos e nas ex-colônias europeias e não contradizia os interesses da ordem racial brasileira. (...). Em segundo lugar, a definição de "raça" como um conceito biológico— ou pelo menos como uma noção sobre diferenças biológicas, objetivas (fenótipos), entre seres humanos — escondia tanto o caráter racista das distinções de cor, quanto o seu caráter construído, social e cultural. (...). Em terceiro lugar, o realismo ontológico das ciências sociais buscava o conhecimento de essências e a formulação de explicações causais, negligenciando a tessitura discursiva e metafórica que escondia o racismo sob uma linguagem de status e de classe (GUIMARÃES, 1999, p. 28).

Para Guimarães, tal modelo “tratava-se, porém, de uma tendência mundial” (GUIMARÃES, 1999). Em virtude da manutenção de legislações segregacionistas do ponto de vista racial, como o “Jim Crow” nos EUA e o “Apartheid” na África do Sul, pós Segunda Guerra Mundial, houve uma priorização da agenda mundial de combate ao racismo nestas duas situações. Nessa direção, os movimentos de combate ao racismo tiveram em seu foco dois grandes objetivos: refutar as falácias que justificavam cientificamente as noções de raça e evidenciar as consequências não humanas do racismo. Esse contexto de combate antirracista para países com legislações segregacionistas foi muito conveniente para a elite branca brasileira, pois estava galgado numa lógica que afirmava diferenças insuperáveis entre os seres humanos. Consequentemente, tornava o sistema assimilacionista racista brasileiro menos perceptível, algo que na contemporaneidade ganhou o nome de “racismo velado”. Portanto, é desta forma que o racismo se sustenta no Brasil, em cima de uma contradição, pois mesmo que em termos legais sejam garantidos direitos básicos, há uma realidade social que impede a maioria da população negra de acessar esses direitos.

O desencadeamento desses processos resulta numa espécie de tabu racial. Lia Vainer afirma: “Como é notório, no Brasil, não é de bom tom mencionar os temas raça e racismo. Fala-se não falando. Fala-se principalmente por meio das diferenças de classe” (Vainer ,2015), ou seja, em determinados setores, há uma tentativa (intencional

ou não) de diluir o debate de raça atribuindo fatores sociais/econômicos. Por conseguinte, dificultando possibilidades radicais<sup>1</sup> para superar o racismo.

O marxismo, que influenciou enormemente o pensamento e as ações de uma fração emergente das classes médias brasileiras nas décadas do pós guerra, em nada alterou esse quadro. Ao contrário, a insistência marxista no caráter ideológico das "raças" — e sua caracterização do racismo como um epifenômeno — apenas emprestou uma tonalidade socialista ao ideal de "democracia racial". Para ser mais preciso, transformou a democracia racial num ideal a ser conquistado pelas lutas de classes. O evolucionismo subjacente ao pensamento marxista adaptou-se bem à ideia de que o capitalismo (ele próprio código para "europeidade") seria uma força civilizadora que os povos de todo o mundo teriam forçosamente que experimentar antes de atingir o socialismo(Guimarães, 1999, p.42).

Até mesmo alguns setores, ditos progressistas, acabam de alguma forma dando subsídios a lógicas que culminam na perpetuação do racismo. Tal fato reforça a ideia de que racismo nada tem a ver com intenção, o racismo atua nas estruturas sociais.

#### 4. Instituição, Universidade e Cotas

cota é só a gota  
a derramar o copo  
não a mágoa do corpo  
mas energia represada  
que agora se permite e voa  
em secular esforço  
de superar-se coisa e se fazer pessoa  
(...)  
cota não reforça derrota  
equilibra  
entre ponto de partida  
e ponto de chegada

---

<sup>1</sup>Recorrendo á etimologia, radical vem do latim radix, que significa “raiz”.

A partir da perspectiva apontada neste trabalho, afirmar que uma instituição é racista não significa depositar nela todo o peso de séculos de processos raciais, tampouco acusá-la de uma intenção a priori de reproduzir o racismo, mas sim afirmar que existem evidências sobre as dinâmicas raciais que lhe atravessam e operam na manutenção do racismo. Neste sentido, podemos apontar o racismo institucional com uma ferramenta que, segundo López:

(...) atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades (LÓPEZ, 2012, p.127).

As universidades são instituições que não escapam deste processo. A política de cotas, implementada a partir da Lei nº 12.711/2012, na qual 50% das vagas das universidades federais foram destinadas a alunos pretos e pardos (critérios a partir do IBGE), foi um dos principais movimentos adotados pelo Estado em direção a uma medida de combate ao racismo. Este processo é fruto de uma antiga demanda do Movimento Negro a fim de modificar o monocromático quadro discente nas instituições de ensino superior. Neste sentido, é importante frisar que o argumento utilizado neste trabalho, o de cotas como sendo uma medida de combate ao racismo, diferencia-se daquele mais utilizado dentro do próprio movimento negro que é o de cotas enquanto medida de reparação histórica. Escolho a defesa da primeira perspectiva por dois principais fatores: primeiro, porque ao utilizar cotas como meio de reparação histórica há uma tendência de enfraquecimento da própria demanda de reparação histórica, pois mesmo que 100% das vagas de ensino superior fossem destinadas a alunos negros ainda não teríamos uma reparação de fato, pois as demandas da população negra vão além da concessão de vagas dentro da universidade. Além disto, penso que este debate sobre reparação histórica deveria começar a partir das ocupações geográfica e do processo de favelização no Brasil, uma vez que é a partir do momento em que se criam guetos, hegemonicamente negros, que o Estado consegue direcionar



mais facilmente seus recursos de investimento como educação, segurança, saúde, transporte, acesso e outros para outros locais mais centrais e de população hegemonicamente branca. O segundo fator consiste no fato da universidade propiciar para muitos de seus estudantes brancos um primeiro contato horizontal com uma pessoa negra. Isto é, de fato, fundamental na formação profissional deste estudante branco, pois cria a possibilidade em ato de desconstruir eventuais pré-conceitos. Nesta perspectiva de combate ao racismo, as cotas possibilitam equalizar o ambiente hegemonicamente branco de profissionais em determinados setores da sociedade, como médicos, juízes e professores universitários.

A partir destas reflexões, podemos analisar o fato de que apenas promover o ingresso de estudantes negros dentro das universidades não é o suficiente, principalmente se o espaço acadêmico não se mobilizar para se adequar às necessidades deste novo público. Utilizando como exemplo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em cursos que têm ingressos em dois semestres, como a graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, observamos que as turmas são formadas a partir das notas alcançadas na prova do vestibular, em ordem decrescente. Este critério define a turma que entra no primeiro semestre e a que entra no segundo. Via de regra, o grupo de estudantes que se forma no segundo semestre é quase em sua totalidade constituído de estudantes cotistas (tanto racial, quanto de escola pública). Este fato gera uma demarcação muito específica: “a turma dos cotistas”, o que pode contribuir para uma expectativa pré-concebida dos professores para estes acadêmicos. No intuito de alterar esta situação, os movimentos e coletivos negros existentes na universidade pautam que o processo aconteça de forma diluída, mesclando alunos cotistas tanto na primeira quanto na segunda turma. O Coletivo Negração, formado em sua maioria por universitários negros, na sua maioria cotistas, em repúdio a esta circunstância, manifestou nas redes sociais:

O racismo institucional está, de fato, instituído na Universidade e está expresso em inúmeras medidas, como por exemplo, no ingresso de um número significativo de estudantes cotistas no segundo semestre. Esta regra segrega, expõe e prejudica estudantes negros e negras ingressantes da reserva de vagas. Segrega a medida em que as turmas das primeiras disciplinas dos cursos, que são oferecidas no segundo semestre, conta com um contingente expressivo de estudantes negros em sala de aula. Prejudica a medida em que o tratamento de professores, técnicos administrativos e colegas em relação aos cotistas é diferenciado e muitas vezes de cunho discriminatório. A restrição dos espaços de integração e confraternização dos estudantes, também mostra-se como uma medida segregacionista, os espaços da Universidade são para ser utilizados, toda e qualquer manifestação de história e cultura afro-brasileira não deve ser tolhida e sim

incentivada pela instituição. A resolução 19/2011, implementada sem nenhuma discussão com a comunidade acadêmica ataca diretamente estudantes trabalhadores, que em geral são cotistas, muitos deles pobres, negros e mães. (Coletivo Negração, 2014)

O racismo se faz presente também na ausência. Nossos currículos são formados a partir de escolhas: opta-se pelo que será dito e o que não será dito. Jéssyca Barcellos (2016) evidencia isso em seu trabalho de conclusão, no qual analisa os currículos de instituições de ensino superior e Porto Alegre e Região Metropolitana que estavam regularmente cadastradas no e-mec. De acordo com Barcellos, dos dezoito cursos de graduação em psicologia observados, apenas seis cursos apresentavam disciplinas que previam trabalhar sobre questões raciais, sendo que apenas um dos cursos (CESUCA – Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha) tinha como obrigatória a disciplina Psicologia Comunitária. A súmula da disciplina aponta:

Um olhar para a inclusão social. Desafios em psicologia social e comunitária. Noções de Ética Profissional. Cultura Negra na formação da sociedade brasileira. Resgate da contribuição dos negros nas esferas sociais, econômicas e políticas relativas à História do Brasil. Educação ambiental, Direitos Humanos e pluralidade étnica racial e gênero. (BARCELOS, 2016, p.24)

A autora apresenta uma importante reflexão sobre esta realidade:

Como podemos ver, mesmo tendo um enfoque maior nas questões raciais, ainda é uma disciplina com diversos assuntos de grande importância, o que torna difícil dar conta de tudo em um semestre. Visto a importância dos assuntos citados acima, a duração de um semestre fará, provavelmente, com que algum deles ou todos sejam negligenciados. Mesmo assim este é o único curso que fala em seu currículo sobre questões raciais de forma obrigatória (BARCELOS, 2016. p. 24).

Evidencia-se assim que pouco ou nada é refletido sobre racismo na formação de um psicólogo dentro das instituições de ensino. Esta situação tem forte repercussão na vida daquele sujeito negro que ao buscar um profissional psicólogo para tratar de suas questões, incluindo o racismo, não encontrará devido suporte. A exemplo disso, é possível observar na reportagem da Revista Fórum uma experiência que revela esta insuficiência profissional:

Em busca de sua segunda psicóloga, Lopes chegou a fazer cinco sessões de psicoterapia, quando finalmente começou a falar do racismo que lhe causava sofrimento. “A psicóloga ficou visivelmente impaciente e desconfortável e me perguntou se eu achava mesmo que racismo ainda existia nos tempos de

hoje”, relata Lopes. “Saí de lá arrasada, estava pagando muito caro por cada consulta e nunca imaginei que uma profissional fosse questionar a veracidade do meu sofrimento, do racismo, daquela forma. Nunca mais voltei a procurar terapia, hoje ainda luto contra a depressão e apenas faço uso de medicamentos”, completa. (Reportagem no site Revista Fórum)<sup>2</sup>.

É explícito que a formação pouco qualificada dos profissionais da psicologia acerca das questões raciais é uma realidade. Jurandir Freire Costa (1984) é preciso ao fazer um questionamento sobre a psicanálise, mas que serve para a psicologia como um todo:

A violência racista pode submeter o sujeito negro a uma situação cuja desumanidade nos desarma e deixa perplexos. Seria difícil encontrar o adjetivo adequado para nomear esta odiosa forma de opressão. Mais difícil ainda, talvez, é entender a flácida omissão com que a teoria psicanalítica tratou até então, este assunto. Pensar que a psicanálise brasileira, para falar do que nos compete, conviveu tanto tempo com esses “crimes de paz”, adotando uma atitude cúmplice ou complacente ou, no melhor dos casos, indiferente, deve conduzir-nos a uma outra questão: Que psicanálise é esta? Que psicanalistas somos nós? (COSTA, 1984, p. 16)

### **Não-dito e o dito**

Caminhar numa lógica antirracista não é uma tarefa fácil e nem existe prescrição, contudo, há alguns caminhos possíveis: Falar sobre o racismo! Aí está um dos primeiros passos para avançarmos. Mesmo com algumas medidas por parte do Estado, como a Política Pública de Saúde Integral da Saúde da População Negra (2007), a Lei 10639 de 2003, a Resolução do CFP de 2002, na prática nem indivíduos, nem famílias, nem instituições, nem o Estado, ninguém se autoriza a falar sobre o racismo e muitos são os fatores que incidem neste comportamento. Enquanto sociedade, se não conseguirmos elaborar os processos pelos quais passamos, jamais vamos superar algumas barreiras. A relação que a Alemanha estabelece com sua história nos permite a análise:

Em Frankfurt, na Alemanha, funcionários deslocam uma bomba da Segunda Guerra com 150 kg de explosivos que estava enterrada há mais de seis décadas. A foto da cena que circulou pelo mundo no último dia 19 de maio não é incomum naquele país. Estima-se que entre 10 e 15% das bombas lançadas pelos aliados ainda não explodiram. Esse arsenal continua enterrado e, todo o ano, de uma a duas bombas explodem em solo alemão. Especialistas avaliam que o país viverá com esse risco por quase um século. (...)Metaforicamente, as “bombas” enterradas são as “feridas” abertas ao longo da história, mal curadas e que voltam a provocar dores e polêmicas, o

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br>

“risco de explosão”, quando vêm à tona por algum motivo, como em “escavações” do passado. Segundo a pesquisadora, lidar com esse tipo de passado é um processo longo, exige a participação de toda a sociedade e as universidades desempenham nesse contexto o papel de protetoras da memória cultural – aquela de caráter perene, construída pelo coletivo ao longo do tempo, transmitida entre as gerações e que evita, por exemplo, que o homem tenha que reinventar a roda todo dia. (SILVA, 2013, p.1)

No caso da Alemanha, é comum encontrar referências de um dos processos mais perversos na história da humanidade, o Nazismo. A razão se dá numa lógica em que não é deixando de falar do passado que se garantirá um futuro melhor. Existem museus dedicados a esse fato, bem como instituições voltadas a manter viva a memória da sociedade alemã e mundial. Seguindo nesse mesmo raciocínio, no Brasil existe uma similaridade em relação à ditadura militar, que conta com um forte apoio por parte do Estado. Esse movimento até ganhou um jargão muito conhecido: "Lembrar Para Não Esquecer Jamais". Além de um portal (memórias da ditadura<sup>3</sup>), em que estão disponíveis informações, matérias e entrevistas com torturados da ditadura; há debates nas universidades e é muito comum ver espaços dedicados a abordar o impacto causado pelo período da ditadura militar. Os alemães conseguem falar sobre o nazismo, brasileiros falam sobre a ditadura. Qual a razão para não se falar sobre o racismo? A partir deste questionamento, podemos dizer que o racismo entra na ordem do não-dito, pois embora esse conceito seja cunhado pela psicanálise e utilizado, principalmente, para pensar relações familiares, é possível traçar um paralelo dele quando pensamos em nós, psicólogos, por exemplo. Segundo, Rosa:

A questão sobre o que se deve transmitir dos acontecimentos vai além das dificuldades de cada família, levando a questionar o próprio modo de conduzir a questão da transmissão de uma história. JULIEN (1997a) discute a solução dada às crianças do nazismo que, tanto filhos de judeus como de alemães são mantidos longe da história de seus pais; assim como os franceses os omitiram de sua história a participação no movimento nazista. Afinal, o que é mais traumático – o dito ou o não-dito? É possível desfazer-se do passado penoso para caminhar rumo ao futuro? Que futuro subsistiria, quando o passa do que o constitui é eliminado?

(ROSA.2001, p.04)

Benghozi e Feres-Carneiro (2001) compreendem a fratria a partir de um prisma psicanalítico de vínculo, ou seja, todos os laços psíquicos de filiação, laço real, consanguíneo, ou de afiliação, que abarca qualquer ligação de pertença a um grupo,

---

<sup>3</sup>memoriasdaditadura.org.br

comunidade ou instituição. Compreendendo-nos como uma fratria, psicólogos, ao se omitirem diante do racismo, ajudam, no mínimo, a perpetuar suas estruturas vigentes. O mesmo vale para qualquer grupo, setor, entidade, etc. É importante salientar que existem certas vantagens para a população branca nesta omissão. Conforme aponta Maria Aparecida Bento (2002):

A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso. Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. (BENTO, 2002, p. 2)

Psicólogos, acadêmicos ou brasileiros, não importa a qual “fratria” pertencamos, o não falar sobre racismo exerce um papel crucial nas dinâmicas sociais brasileiras, diferentemente da sociedade alemã, em que há uma espécie de “vergonha” de seu passado - causada pelo não esquecimento do trauma nazista - que permite que a própria relação com o nazismo seja melhor trabalhada, diminuindo a reincidência deste fato no presente. No Brasil, o “não-dito” sobre o racismo colabora para que a todo instante esse fenômeno se atualize no presente, tornando ainda mais árduo exorcizar esse fantasma. Calar-se diante do período escravocrata e de suas consequências permite que esse passado ainda permaneça vivo e exerça uma função de manutenção de privilégios da população branca que, como apontou Maria Aparecida Bento (2002), é herança da escravidão.

O saber que vem se constituindo dentro das universidades carrega vícios acadêmicos que se caracterizam por um culto aos cânones do saber europeu. Não dizer sobre o racismo e o negro implica destacar os saberes brancos/europeus. Assim como os indivíduos de matriz africana “batem cabeça” nos seus congás<sup>4</sup>, a comunidade acadêmica “bate cabeça” em suas salas e grupos de pesquisa. Sueli Carneiro (2005) traz uma importante análise sobre as universidades brasileiras:

Na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o

---

<sup>4</sup>Na Umbanda bater cabeça significa respeito pelos orixás, guias e entidades que são representadas pelo congá.

epistemicídio, cuja discussão aprofundaremos posteriormente, se manifesta também no dualismo do discurso militante versus discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro. Via de regra a produção branca e hegemônica sobre as relações raciais dialoga entre si, deslegitimando a produção dos pesquisadores e ativistas negros sobre o tema. Isso é claramente manifesto nas listas bibliográficas utilizadas onde, via de regra, figuram autores negros não-brasileiros, ou no fato de quão poucos intelectuais negros brasileiros alcançaram prestígio nacional e internacional (CARNEIRO, 2005, p. 60).

Sendo assim, dentro do cenário acadêmico existe uma prática de não reconhecimento/valorização da produção negra. Sueli Carneiro, a partir de uma perspectiva foucaultiana, traz no conceito de dispositivo da racialidade, um paralelo à definição de Foucault para o dispositivo da sexualidade:

“(...) não existe certo domínio da sexualidade que pertence, de direito, a um conhecimento científico desinteressado e livre, mas sobre o qual exigências do poder – econômicas ou ideológicas – fizeram pesar mecanismos de sujeição/opressão e subordinação. (FOUCAULT, 2001, p. 93 apud CARNEIRO, 2005, p.61).

Nesse diálogo, a autora compreende que é possível substituir o termo “sexualidade” por “racialidade”. Sendo que a partir das relações de poder foi possível “investir sobre a racialidade por meio de técnicas de saber e de procedimentos discursivos à serviço da colonização, domesticação, eugenia ou repressão” (CARNEIRO, 2005). Segundo a autora, tudo o que a racialidade carrega, desde o não reconhecimento de intelectuais negros e o não lugar que militantes negros ocupam como fonte primária de pesquisas, são fatos que antecedem o epistemicídio. Sueli Carneiro trabalha a partir da lógica foucaultiana, neste sentido, é necessário pontuar alguns conceitos, como o Saber:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; (...) um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; (...) um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; (...) finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. (FOUCAULT, 2013, p.220).

Portanto, é possível afirmar que um saber se constitui enquanto Saber a partir de determinadas condicionalidades discursivas que, por sua vez, estão atreladas às relações de poder e de subordinação. Acerca do epistemicídio, Carneiro recorre a

Boaventura Sousa Santos para fundamentar sua perspectiva, como na citação que segue:

A formulação de Boaventura Sousa Santos acerca do epistemicídio torna possível apreender esse processo de destituição da racionalidade, da cultura e civilização do Outro. É o conceito de epistemicídio que decorre, na abordagem deste autor sobre o *modus operandi* do empreendimento colonial, da visão civilizatória que o informou, e que alcançará a sua formulação plena no racismo do século XIX. (CARNEIRO, 2005, p. 96)

A autora aponta que existe uma tradição filosófica ocidental pautada na relação com o Outro, sendo o “Outro” aquele grupo/sujeito que está fora da norma desejada como ideal de sociedade ocidental, em outros termos, a diversidade. Nesse jogo de exclusão/inclusão, resta apenas uma possibilidade: uma integração subordinada deste sujeito às normas da filosofia ocidental. Sobre esse processo Carneiro (2005) afirma: “E por fim, a possibilidade ou impossibilidade de ruptura com o paradigma que se desdobra em uma forma determinada de integração dos Outros ou sua exclusão. Um adentrar subordinado pela condição de colonizado/tutelado, dependente”.

No caso do dispositivo da racialidade, o epistemicídio atua dificultando ou até impossibilitando o acesso da população a um ensino de qualidade e também fomenta a produção de mecanismos que destituem o negro como portador de uma condição de intelectualidade. Na perspectiva dessa pesquisadora, o epistemicídio também age atacando a autoestima da população negra através de processos discriminatórios nas vias da educação, segundo ela, “Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes.” (CARNEIRO, 2005). Logo, simbolicamente, o signo da morte se faz presente no modo ocidental de conhecimento: a morte intelectual do negro. Portanto, neste trabalho é aferido que os modos de Saber, principalmente, dentro da academia, têm um forte atravessamento das condicionalidades propiciadas pelo dispositivo da racialidade e pelo epistemicídio. O universo acadêmico, na sua hegemonia, conspira na lógica de manutenção e perpetuação do sistema racista brasileiro. Veremos a seguir, possibilidades de resistência e superação destas estratégias de manutenção da supremacia branca na esfera acadêmica.

## 5. Das (im)possibilidades

Baseado na perspectiva de Walter D. Mignolo (2008), este trabalho traz o conceito de *desobediência epistêmica* como uma possibilidade de romper com determinadas lógicas racistas presentes no mundo acadêmico. De início o autor adverte:

Creio que ficará claro para leitores razoáveis que afirmar a co-existência do conceito descolonial não será tomado como “deslegitimar as ideias críticas europeias ou as ideias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida”. Tenho a impressão de que os intelectuais da pós-modernidade e os com tendências marxistas tomam como ofensa quando o autor mencionado acima, e outros semelhantes, não são venerados como os religiosos o fazem com os textos sagrados. Eis exatamente por que estou argumentando aqui a favor da opção descolonial como desobediência epistêmica. (MIGNOLO, 2008, p. 288-289)

Ao propor um caminho em que se opte por outros autores - fora do consagrado círculo eurocêntrico - não está se afirmando que a obra dos respectivos pensadores é descartável ou desprezível, está sendo feita uma opção, na ótica deste trabalho, política, citando Mignolo quero dizer que: “Não, não estou falando de “política de identidade”, mas de “identidade em política” (MIGNOLO, 2008). Ao evidenciar essa contraposição de “política de identidade” e “identidade em política”, é possível abrir as cortinas da neutralidade/universalidade que determinados conceitos gozam, como a ciência, filosofia, cristianismo, socialismo, capitalismo, liberalismo, Marxismo, etc.

Quando se escolhe o caminho da desobediência epistêmica, é necessário ter em mente que muitos dos pilares constituintes do conhecimento ocidental precisarão ser, momentaneamente, suspensos, visto que este percurso é, antes de mais nada, uma opção descolonial. Mignolo refere que, ao se falar de Ocidente, é fundamental ter explícito, para além da dimensão geográfica, a dimensão geopolítica. O que está posto aqui são as noções de política de Estado em relação aos indivíduos, religião, economia, entre outros. Segundo Mignolo, “Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender (...), já que nossos (...) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial” (MIGNOLO, 2008). Ainda que existam autores e pensadores que critiquem sistemas hegemônicos, essas considerações “jogam a regra do jogo”. Um exemplo clássico dessa relação diz respeito ao texto intitulado “Pode um subalterno falar?” de Gayatri Spivak (2010), em que a autora faz uma dura crítica a uma conversa entre Deleuze e Foucault, que ganhou o nome de “Os intelectuais



e o poder”. Segundo Spivak, mesmo que buscando o contrário, Deleuze e Foucault acabam justamente reafirmando um sujeito soberano. Através de seus discursos especializados, os referidos autores europeus acabam por essencializar o sujeito subalterno. Portanto, é necessário buscar fontes de conhecimento que estejam fora do círculo eurocêntrico de pensamento, caso se queira romper com as lógicas hegemônicas.

### **Desobedecendo a epistemologia**

Nesse momento do trabalho, busco sobreviver ao epistemicídio, pois tentarei articular experiências vivenciadas dentro da universidade com algumas perspectivas teóricas, colocando a desobediência epistêmica em ato. Entrar em contato com a obra de Frantz Fanon, talvez tenha sido uma das experiências mais significativas neste processo de sobrevivência. Devido a isso, julgo necessário explicitar um pouco daquilo que compreendo de seu pensamento.

Fanon nasceu na Martinica, colônia francesa, vindo de uma família de classe média, aprendeu que era um francês e cresceu com essa ideia. Porém, quando ele vai estudar na França percebe que, para os franceses brancos, não era considerado um francês. Daí começam algumas de suas indagações: Qual o critério para ser francês? Do ponto de vista da França, ser francês é universal? Ele chega à conclusão: ser francês é ser branco. Chegando à cidade de Lyon, onde tem contato com a esquerda francesa, estuda psiquiatria. Ao apresentar o trabalho de conclusão intitulado “Ensaio sobre a alienação do negro” para seu orientador, Fanon teve um retorno extremamente negativo. Em duas semanas, cria outro texto com embasamentos positivistas e, por fim, seu trabalho é aprovado com distinção. O texto inicialmente rejeitado é publicado mais tarde com outro título: *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Considerando tudo o que já foi colocado nesse trabalho, não é de se estranhar que uma universidade tenha rejeitado uma das obras mais significativas no que tange ao racismo. Após, formado, Fanon vai atuar na Argélia, onde todo o seu pensamento acaba sendo atravessado pela luta de libertação argelina.

Um dos conceitos mais importantes que este autor traz é o de “Alienado Colonial”, no qual argumenta que não basta que o indivíduo colonizado tenha noção de sua condição, ele necessita de possibilidades práticas para que consiga a

descolonização, ou seja, não basta mudar a visão de mundo, é necessário mudar o mundo. Conforme Fanon, “só haverá uma autêntica desalienação na medida em que as coisas, no sentido o mais materialista, tenham tomado os seus devidos lugares.” (FANON, 2008). Ele constrói parte de seu pensamento analisando o período iluminista no Século XVIII, sendo que para os pensadores deste período existe certa dicotomia entre razão e emoção, com a razão ocupando um lugar privilegiado. Fanon também aponta que os iluministas ao definirem o que seria um humano, definem um todo (a humanidade) a partir de uma parte (a Europa), por esse motivo que os europeus são compreendidos como narcisistas. Junto com a razão, dimensões como “Estado”, “tecnologia” e “ciência” também entram no “pacote humanidade”. Segundo Fanon, a questão que permanece sustentando o europeu branco se auto definindo como modelo de humanidade é: E quem não é branco? É menos humano? Logo, para me humanizar é necessário me embranquecer.

Tendo como base um pouco do pensamento deste pensador, sustento minha experiência dentro da academia. A seguir, trago elementos teóricos/práticos que subsidiam as análises e estratégias elaboradas para (r)existir dentro desse período de (de)formação acadêmica que vivenciei/vivencio.

### **Linguagem**

Reafirmo que ter contato com a obra de Frantz Fanon foi um dos acontecimentos de maior transformação no meu período de (de)formação acadêmica. Compreender, minimamente, a obra desse autor possibilitou, além de ganhos intelectuais, uma nova postura de minha parte perante o mundo. Fanon escreve acerca da experiência de um negro no mundo branco e é neste sentido que enxergo meu ingresso na universidade, como sendo uma reedição desta experiência.

Em um de seus principais livros, “Pele Negra, Máscaras Brancas”, a centralidade da discussão abordada diz respeito ao estudo do racismo colonial francês no século XX. Fanon revela a colonização não apenas como uma condição material em que uma população domina a outra. A Colonização também subsidia caminhos pelos quais os indivíduos se comunicam e se expressam, produzem cultura, cinema, teatro. A linguagem é um ponto central nesta relação: “Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (Fanon, 2008, p. 33).

Traçando um paralelo entre a relação do colonizado e do colonizador, no que tange à linguagem, é possível pensar no estudante negro que ingressa nas instituições de ensino superior. A linguagem pode ser algo impactante na vida desse sujeito que adentra a universidade, ao menos assim foi comigo. Descreverei uma cena que vivenciei e ilustra um pouco desse quadro: No diretório acadêmico acontecia alguma reunião, da qual não me recordo o tema, mas lembro da discussão acalorada, opiniões divergentes, que estavam sendo incisivamente defendidas; porém, como moro consideravelmente distante da universidade, tive que me retirar antes da conclusão da discussão. Ao notarem que estava me retirando, alguns colegas indagaram se eu iria embora e afirmei que sim, pois se saísse mais tarde “perderia o busão”. Não compreendi o motivo das gargalhadas que vieram a seguir, perguntei qual a razão para os risos e a resposta foi que não estavam acostumados com esse tipo de expressão. Embora provinciana, essa passagem é simbólica, porque marca um lugar onde a linguagem que até então eu carregava não pertencia aquele espaço. E mais: marcou a necessidade de me apropriar desta nova linguagem própria da psicologia e da universidade.

Sobre o processo de colonização e a linguagem, Fanon afirma:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p.34)

Quando faço esse movimento de, consciente ou inconscientemente, falar cada vez menos gírias e cada vez mais palavras que até então eram inéditas para mim e que estão dentro do “modus operante” acadêmico, acabo me enxergando nesse processo que Fanon aponta, o de todo povo colonizado tomando posição diante de uma linguagem. Para além disso, quando coloco as gírias e a linguagem coloquial em segundo plano, de certa forma, levo todos os significantes que circundam essa linguagem também em segundo plano. Então, acabo carregando parte daquilo que me constitui, conseqüentemente, em segundo plano.

Ainda que o desejo de pertencer a esse novo lugar que me foi apresentado (universidade) persista, com o passar do tempo fui percebendo que, independente dos movimentos que fizesse, jamais pertenceria, de fato, a este local. Contudo, é inegável que estar na universidade me afetava e ainda afeta, a tal ponto de também me fazer não pertencer ao local de onde venho. Fico com a sensação de ocupar um lugar híbrido e

deposito na relação com a linguagem parte desse lugar híbrido. Como diz a música “Negro Drama”, do grupo de rap Racionais: “Aí, você sai do gueto, mas o gueto nunca sai de você, morou irmão?” Mesmo que hoje eu possua um linguajar, minimamente mais rebuscado, o “gueto” para os Racionais, ou a “Selva” para Fanon, sempre marcarão o lugar de onde venho. Assim como, dentro do “gueto”, através do meu “novo” linguajar, estará marcado que já não mais pertenço aquele espaço.

### **O Desejo da Brancura**

A proposta presente neste trabalho, principalmente nesse momento em que articulo vivências pessoais com o pensamento de Fanon, pode provocar um desacomodar, uma incerteza de algumas certezas. Na verdade, há uma intencionalidade que isso aconteça. Desacomodar-se é um processo crucial, ao menos assim foi para mim. Ingressei na universidade em 2009 e comecei a participar ativamente em movimentos sociais no mesmo período, mas em 2010 ocorreu algo que julgo de suma importância na minha trajetória: ajudar na construção do Coletivo Negração (mais adiante tratarei de forma mais específica tal fato). Pouco após o início do coletivo, entrei com contato, pela primeira vez, com o livro mais conhecido de Fanon: *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008). Ressalto esses dois processos que aconteceram num período temporal próximo, pois o coletivo era/é um lugar onde consigo me encontrar, um lugar de afirmação. Contudo, a obra de Fanon provocou um desacomodar das minhas certezas... Foi um período em que sensações distintas me habitavam.

Que quer o homem?  
Que quer o homem negro?  
(FANON, 2008, p.26)

No início da referida obra, Fanon indaga sobre o que deseja o homem negro<sup>5</sup> e o próprio autor responde: a pessoa negra quer ser humana. Porém, dentro do que já foi apontado, ser uma pessoa humana é ser uma pessoa branca. O desejo da brancura, em maior ou menor grau, vai afetar a vida de todo sujeito negro colonizado. E não foi

---

<sup>5</sup>Tomando uma liberdade que não sei se posso e respeitando discussões de gênero, dentro do possível, adotarei a expressão “pessoa negra” para substituir a expressão originalmente utilizado pelo autor: “homem negro”.

diferente comigo, porém, admitir isso foi/é muito complexo e doloroso. O desejo da brancura me habita: hoje menos que ontem e mais do que amanhã.

Quando evoco a ordem dolorosa, de sofrimento desse processo, lembro da minha infância. Normalmente, para um adolescente os banhos “demorados” são comuns entre doze a quatorze anos de idade. Refiro-me à puberdade. Porém, meus banhos “demorados” começaram mais cedo e por outras razões, por uma simples brincadeira: Brincar de ser branco. Sim, ensaboava todo o meu corpo e coberto pela espuma branca do sabonete conseguia atingir a brancura por alguns instantes. Enquanto estava coberto por aquela alva espuma, conseguia me imaginar em determinados lugares que, normalmente, não me imaginava como em programas de TV, como um super herói, etc. Contudo, ao me enxaguar, todos esses lugares que atingia na imaginação escorriam junto com a espuma pelo ralo. Na infância, outras lembranças do desejo da brancura também vêm à tona: Por algumas vezes questionei para minha mãe se caso “me lavasse bem”, igual lavava minha mão, todo meu corpo ficaria da cor dela (da palma da mão). Mais uma lembrança marcante é de ficar alguns anos sem comer feijão com a crença de que caso me alimentasse dele mais escura minha pele ficaria.

Ainda sobre a infância, Podkameni e Guimarães (2008) trazem a hipótese de que o racismo dificulta e até mesmo impede a possibilidade de um campo de escoamento e elaboração da tensão psíquica, que recebe o nome de "espaço potencial" pelo psicanalista Winnicott (1997). Essa concepção parte do princípio, segundo o autor, de que o meio ambiente é elemento de suma importância para a construção e manutenção de um campo de subjetividade, não apenas no início, mas também ao longo da vida de um indivíduo.

Para Winnicott, espaço potencial representa um campo entre o mundo interno (processos inconscientes) e o mundo externo. É de suma importância para um "espaço potencial" um "meio ambiente bom o suficiente", onde a mãe seja capaz de perceber/atender às necessidades da criança e também consiga gerenciar os limites e faltas de acordo com a capacidade de seu filho de digerir seus limites e faltas. Esse encontro com o ambiente materno é capaz de deflagrar a capacidade de criar, transformar, etc. Para criança, nesse momento, há a ilusão de que suas satisfações são produzidas por si; Winnicott chama estas construções imaginárias de "experiências ilusórias" e elas são a base do campo "espaço potencial".

Roussillon (2006) diz que o campo imaginário se constrói sobre "paradoxos maturacionais" que ajudam o processo e a continuidade psíquica enquanto minimizam

o efeito das rupturas naturais do viver, na compreensão dos "limites" e "faltas". A partir daí, é possível pensar que vivências positivas até então encontradas no núcleo familiar são interrompidas pelo choque com a sociocultura racista. E, na falta de um elo para dar continuidade a um "espaço potencial", um meio ambiente, instaura-se uma comunicação paradoxal patogênica.

Discurso sobre a dimensão da infância no intuito de reforçar o que já foi dito: o ingresso na universidade é uma reedição de estar no mundo branco. Desde o início de seu desenvolvimento, a pessoa negra sofre com a experiência de estar num mundo branco, onde “ser humano” é ser a branca propriamente dita. Quanto mais próximo da branca, mais próximo da humanidade. A partir dessa relação com o mundo, as ações da pessoa negra estarão afetadas pelo desejo de branca: o modo de falar, de se portar e até com quem nos relacionamos. Neste ponto, Fanon narra uma reflexão que pode perturbar muitos indivíduos:

Da parte mais negra de minha alma, através da zona de meias-tintas, me vem este desejo repentino de ser branco. Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco. Ora — e nisto há um reconhecimento que Hegel não descreveu — quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco. Sou um branco. Seu amor abre-me o ilustre corredor que conduz à plenitude...Esposo a cultura branca, a beleza branca, a branca branca. (FANON, 2008, p.69)

Poderia continuar explorando outras dimensões, como literatura, música, política, mas acredito já ter conseguido mostrar o ponto que defendo neste trabalho. Portanto, não há nenhuma novidade em termos lógicos dos processos vivenciados por uma pessoa negra dentro da universidade. Quanto mais distante de uma lógica descolonial, maiores as chances de ser tomado pelo desejo da branca.

## 6. Em direção à descolonização

### ENCONTREI MINHAS ORIGENS

Encontrei minhas origens  
 em velhos arquivos  
     livros  
     encontrei  
 em malditos objetos  
     troncos e grilhetas  
 encontrei minhas origens  
     no leste  
 no mar em imundos tumbeiros  
     encontrei  
     em doces palavras  
     cantos  
 em furiosos tambores  
     ritos  
 encontrei minhas origens  
     na cor de minha pele  
 nos lanhos de minha alma  
     em mim  
 em minha gente escura  
 em meus heróis altivos  
     encontrei  
     encontrei-as enfim  
     me encontrei  
 (Oliveira Silveira)

Perceber a universidade como um potencial fator de prejuízo à saúde mental, causa alguns efeitos, um dos mais comuns é o processo de afastamento desse ambiente, ao menos, assim foi comigo. Houve um momento em que não mais queria estar naquele espaço. Sentia-me sufocado pelo racismo que transborda através das paredes das salas de aula, com isso, escolhi por pegar a menor quantidade possível de cadeiras ao longo dos semestres, além dos constantes pensamentos de desistência do curso. Entretanto, essa estratégia de, fisicamente estar distante dos espaços acadêmicos, não era suficiente. Em certa instância, a academia já me habitava, e mesmo não tão presente era tomado por suas demandas. Era necessária uma postura propositiva. Uma das razões que me ajudou a suportar e a enfrentar o racismo dentro do ambiente acadêmico foi o Coletivo Negração. Como já referido, um grupo de alunos, vindo de diferentes cursos que compartilhavam a mesma necessidade de encontrar outros semelhantes, outras pessoas que comungavam das mesmas sensações e impressões. Os processos vivenciados permitiram que muitos efeitos do racismo que incidiam sobre mim fossem elaborados. Foi a experiência coletiva, com outros sujeitos negros, que propiciou minha (r)existência dentro da universidade.

Na época, não tínhamos conhecimento do conceito de epistemicídio e, mesmo assim, já combatíamos esse processo, realizando eventos que tratassem de questões raciais e promovendo o sujeito negro para um local que normalmente ele não ocupa: o local da intelectualidade. Junto com esses encontros de formação, o Negração criou um evento chamado Sambarau, o nome é resultado da mistura da palavra “samba” com a palavra “sarau”. A proposta é realizar um evento que articule uma das manifestações culturais negras mais significativas do Brasil, que é o samba, com outra manifestação cultural não tão atrelado a pessoa negra, que é a poesia/literatura. A ideia desse evento foi pensada justamente considerando o apelo que o samba tem, assim atraindo um público jovem e hegemonicamente negro. A poesia entra como uma mudança de paradigma, mediante o fato de que para muitos dos frequentadores do Sambarau, a poesia negra era uma novidade. É importante ressaltar a potência existente na literatura para o enfrentamento do racismo, pois é mais uma possibilidade de elaboração dos processos que vivenciamos e que em outros espaços, não conseguimos falar.

Dentro do Coletivo Negração, realizamos formações intelectuais e políticas. E nesse percurso fui apresentado a algumas perspectivas que apontam para uma referência em África. Afinal, um dos principais efeitos do racismo foi efetivar uma cisão quase que total dos negros em diáspora em relação ao continente originário.

A noção comum de racismo como um fenômeno relativo apenas à cor da pele escamoteia sua natureza mais profunda, que reside na tentativa de desarticular um grupo humano por meio da negação de sua própria existência e de sua personalidade coletiva. Reduzir os africanos e seus descendentes à condição de negros, identificados apenas pela epiderme, retira deles o referencial histórico e cultural próprio. Assim sua própria condição humana é roubada. (NASCIMENTO, 2008, p. 30)

Portanto, quando aponto a África como uma referência, não estou afirmando que de modo concreto se viva África no Brasil, nem mesmo sugiro que se faça do Brasil uma extensão de África, estou indicando que ter África como referência é perceber a dimensão de que lugar no mundo a pessoa negra vem, conseqüentemente, uma possibilidade de restaurar uma humanidade possível fora desse mundo branco.



## 7. Considerações Finais

### **À África**

*Às vezes te sinto como avó,  
outras vezes te sinto como mãe.*

*Quando te sinto como neto  
me sinto como sou.*

*Quanto te sinto como filho  
não estou me sentindo bem eu,  
estou me sentindo aquele*

*que arrancaram de dentro de ti*

(Oliveira Silveira)

São muitos os discursos acerca do que tange o racismo, ao apontar para um caminho de compreensão acerca desse fenômeno, faço uma escolha, e esse trabalho diz muito sobre escolhas. Em nenhum momento pretendi criar trilhos, mas sim, apontar trilhas, caminhos possíveis. São variados trajetos disponíveis para o enfrentamento do racismo e ter ciência de quais os percursos que optamos percorrer, permite uma menor possibilidade de ser capturado por lógicas escusas, que escamoteiam outras intenções.

Ao focalizar algumas dinâmicas do racismo dentro da universidade, busco remover o véu que encobre relações vigentes entre o ensino e o racismo na academia: Dentro de um modo de enxergar o racismo onde o retiro de um lugar essencialista, desloco-o para uma compreensão de dinâmicas de relação. Portanto, a partir da perspectiva desse escrito, esse fenômeno ocupa um local estruturante na sociedade, para além de relações meramente individuais. Ter essa compreensão permite uma postura do indivíduo negro mais propositiva e menos passiva. Não mais esperar as soluções de terceiros e sim construí-las. Embora, no início desse escrito faça uma análise macro acerca do racismo, um dos principais objetos da psicologia é o indivíduo, e é nisso que fundamento a escolha de trazer algumas experiências pessoais.

A descolonização do pensamento exige, antes de mais nada, reconhecer que somos colonizados. Nesse ponto reside um dos principais entraves dentro dos sujeitos negros para avançar no processo de descolonização, “aprender a desaprender”. Ainda mais considerando o público universitário jovem, que está justamente em busca de afirmação; reconhecendo esse cenário trago um pouco do meu processo, desde memórias da infância, onde o racismo ecoou, até a busca por coletividade e processos de elaboração.

“nem a consciência da condição de negro nem o engajamento em relação às lutas políticas contra a discriminação racial são suficientes para modificar a condição do negro, na medida em que os sentidos do racismo, inscritos na psique, permanecem não elaborados.” (NOGUEIRA, 2005, p.9)

É uma escolha dolorosa reabrir feridas encobertas pelo tempo, mas que não estavam curadas. Concomitante ao convite para se afetar pelas incertezas e incômodos que eventualmente essa escrita possa provar, indico um caminho possível ao sujeito negro: referenciar-se em África. E como já colocado, isso não significa uma concretude; o mais próximo que existe de África no Brasil, são os próprios negros em diáspora; é a “*política em identidade*”, apontada por Magnolo (2007) que sustenta essa noção. A partir desse ponto, cabe ressaltar a necessidade de nos despirmos de qualquer eventual lógica dicotômica. Assim como anteriormente foi mostrado, não é porque ao escolher autores fora do círculo de cânones do saber ocidental, está se desprezando as contribuições deles, ao referenciar-se em África, não está sendo proposto uma exclusão de brancos.

Neste trabalho, há indicações sobre modos que rompam com o desejo de brancura existente em todo sujeito negro colonizado, como a poesia. A poesia e seus efeitos que reverberam. Na Bahia existia um Sarau chamado “Bem Black”, uma de suas reverberações chegou até o Rio Grande do Sul, disparando o início do Sarau Sopapo Poético, que por sua vez, reverberou no Coletivo Negração e no Sambarau. Talvez essa seja a maior intenção nesse trabalho: que reverbere em cada sujeito que entre em contato com esses escritos.

## Referências

AUGUSTO. R. **Oliveira Silveira: Obra Reunida**, Rio Grande do Sul, IEL, 2012

AZEVEDO, C.M.M. **Onda negra medo branco: o negro do imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

BARCELLOS, J.. **Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em porto alegre e região metropolitana**. Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia. Porto Alegre, 2016.

BENGHOZI, P.; FERES C. T. (2001). **Laço fraterno e continente fraterno como sustentação do laço genealógico**. In: T. Feres Carneiro. (Org.). *Casamento e família: do social à clínica*. 1 ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2001, v. 1, p. 112-118.

BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 25-58, 2002

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003 de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: <  
[tps://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.711/2012 de 29 de agosto de 2012**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm)>

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)**. 2016. Disponível em:< [www.saude.gov.br/popnegra](http://www.saude.gov.br/popnegra)>

CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do ser**. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, J.J. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. revista USP, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002**. Disponível em< [site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002\\_18.PDF](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF) > Acessado em: 2016

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008

FAUSTINO, M. D. **“Por que Fanon, por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Editora, 1965

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013

GUIMARÃES, A.S.A.. (1999). **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed.34.

GUIMARÃES, M. A.C, PODKAMENI, A. B, **Racismo: Um Mal-Estar Psíquico**. In: BATISTA, L. E, WERNECK, J, LOPES, F. (orgs.). Saúde da População Negra. ABPN – Associação Brasileira de pesquisadores Negros. São Paulo: p. 224 – 239. 2012.

LÓPEZ, L.C. **O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde**. In: Interface - Comunic., Saude, Educ., v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

MOORE, C. **Prefácio. Discurso sobre a Negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, p,7–38, 2010.

\_\_\_\_\_. **Racismo e Sociedade Novas Bases Epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte, 2012.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Em Brandão, André Augusto P. (Org.), Cadernos Penesb 5. Niterói: EdUFF. 2004

NASCIMENTO, E. L. (Org). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008

NEGRAÇÃO, **Manifesto do Coletivo Negração**, Disponível em:

<<http://coletivonegracao.blogspot.com.br/2014/01/manifesto-do-coletivo-negracao.html>>

Acesso em: 20/11/2016

NOGUEIRA, I. B. (1998). **Significações do corpo negro**. Tese de Doutorado, Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PODKAMENI, A.B.; GUIMARÃES, M.A.C. (Orgs.). **Winnicott, 100 anos de um analista criativo**. Rio de Janeiro: NAU/PUC-Rio, 1997.

Portal CONGRESSO EM FOCO. **Branços são quase 80% da Câmara dos Deputados**.

Disponível em: < <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/brancos-sao-quase-80-da-camara-dos-deputados/> >. Acessado em: 20/11/16

Portal ECADERNO. **ONU: apenas 11% dos jovens negros brasileiros fazem ensino superior.** Disponível em <<http://www.ecaderno.com/universitario/onu-apenas-11-dos-jovens-negros-brasileiros-fazem-ensino-superior>> Acessado em: 20/11/16

Portal GELEDES: **Gota do que não se esgota.** Disponível em <<http://www.geledes.org.br/luiz-silva-cuti>>. Acessado em: 20/11/2016

Portal Revista Forum: **Meu psi disse que racismo não existe** Disponível em:<<http://www.revistaforum.com.br/2015/06/25/meu-psicologo-disse-que-racismo-nao-existe/>> Acesso em 20/11/2016

Portal SENADO. **CPI do Assassinato de Jovens no Brasil é instalada.** Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/06/cpi-do-assassinato-de-jovens-no-brasil-e-instalada>>. Acessado em: 20/11/16

Portal UNICAMP: **Lembrar para não repetir.** Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/564/lembrar-para-nao-repetir>>. Acesso em: 2016

Portal UOL. **Negros representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos.** Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>>. Acessado em: 20/11/16

ROSA, M. D. (2001). **O não-dito familiar e a transmissão da história.** In: *Psychê*, julho-dezembro, 123-137.

ROUSSILLON, R. **Paradoxos e situações limites da psicanálise.** São Leopoldo: Unisinos, 2006

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Graal, 1983

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010

TADEI, E. M. **A mestiçagem Enquanto um Dispositivo de Poder e a Constituição de Nossa Identidade Nacional.** *Psicologia ciência profissão*, v. 22, n.4, p. 2-13, 2002. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v22n4/02.pdf>> Acessado em 2016.

VAINER, L. S.; NUNES, S. S.; COSTA, E. S. **A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes.** *Psicol. USP*, São Paulo, 2015. disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-)

65642015005032413&lng=en&nrm=iso>. access on 01 July 2016. Epub Apr 17, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564A20132413>.

VAINER, L.S. **Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão**. Psicologia Política Vol. 10. Nº 19, p 44-55 Jan – Jun. 2010

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.